



DECLARAÇÃO PAN-AMAZÔNICA DE BELÉM
X FÓRUM SOCIAL PAN-AMAZÔNICO - FOSPA -
28, 29, 30 e 31 de julho, Belém do Pará, Brasil

DA NOSSA PANAMAZÔNIA...

1. Abraçados em frente ao Rio Guamá, no grande encontro onde a diversidade que habita a Panamazônia, os indígenas, negros, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, urbanos, de gênero e faixa etária dos 9 países da bacia amazônica: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, reafirmamos a viagem que há 20 anos, desde o Primeiro Encontro como Fórum Social Panamazônico, começamos com a esperança de "Outro mundo possível". Não podíamos imaginar que o mundo seria pior do que o mundo que conhecíamos na época.
2. Hoje, a Amazônia está no seu pior, devastada por governos para os quais a natureza é uma mercadoria, e os direitos do povo não têm validade. Até hoje, nenhum governo tem garantido o pleno exercício dos direitos dos povos amazônicos de defender a Mãe Natureza. Nesta situação, é necessário chamar os movimentos sociais para apelar para a criatividade, aprender com seus erros e continuar a luta.
3. O que percebemos ontem como ameaças são hoje realidades derivadas de um sistema de opressão múltipla: patriarcal, racista, capitalista e colonial, que localizou a grande bacia amazônica como sua mais recente fronteira de expansão, colocando em risco todas as formas de vida e aqueles que as defendem.

Sob a falsa premissa do desenvolvimento, o extrativismo - borracha, madeira, petróleo, agroexportação, grandes barragens hidroelétricas e mega-mineração - avançou sobre os diferentes territórios amazônicos, e foi inserido em modelos de conservação colonial, incluindo propostas de mercantilização de elementos do bioma. Sob este pretexto, os territórios estão sendo militarizados, os territórios comuns estão sendo saqueados para gerar lucros, e a desigualdade social e a violência estrutural e factual estão se aprofundando para a pluralidade da população da região Panamazônica, que hoje vê como toda a vida está sendo destruída e envenenada.

4. A atual crise climática e sua ameaça civilizacional, consequência do modelo de desenvolvimento, levou o ecossistema amazônico ao ponto de não ter retorno, ameaçando a perda irreparável da floresta tropical mais importante do planeta e lar de mais de 50 milhões de pessoas, juntamente com boa parte da biodiversidade planetária. Se não pararmos esta tendência agora, amanhã será a morte da região Panamazônica, vital para frear o aquecimento global e garantir a vida no planeta. O tempo está se esgotando.

5. Indígenas, camponesas, negras, quilombolas, mulheres populares e urbanas, mulheres trans e lésbicas, uma força de resistência em defesa da vida, continuam a ser violadas pela ação e omissão dos Estados, fundamentalismos políticos e religiosos, patriarcalismo, racismo, militarização, corrupção enraizada e instalada em nossa sociedade, capitalismo que através de corporações transnacionais e forças econômicas expropriam territórios com impunidade, violação de corpos, tráfico, controle de pessoas e modos de vida, violência sexual, feminicídio, violação de direitos sexuais e reprodutivos, ataques à diversidade, dissidência sexual e de gênero.
6. Toda a bacia está passando por uma situação de guerra não convencional, com a participação de forças militares estaduais, paramilitares, milícias e traficantes de drogas agindo em conexão com grandes interesses econômicos. A isto se somam medidas coercitivas unilaterais, bloqueios financeiros e econômicos e ameaças militares impostas por grandes potências globais e grupos fundamentalistas.
7. Reiteramos que, embora os perigos tenham aumentado, as lutas e resistências adquiriram uma força sem precedentes, baseada na experiência das espiritualidades de nossos povos, que devem continuar a crescer como filhos da Mãe Amazônia. Neste sentido, os povos da Panamazônia estão se organizando, se unindo, lutando por seus territórios e culturas, para tornar possível um futuro. É assim que as lutas anti-racistas, anti patriarcais e anticoloniais estão avançando. Manter o otimismo que nos tem caracterizado, mas com um realismo que nos obriga a exigir o que é (im)possível. Que outro mundo é possível.

EXPRESSAMOS A NOSSA PROPOSTA POLÍTICA

8. Exigimos um modelo político, social e econômico que priorize a integridade de nossa casa comum, que reconheça e respeite os territórios e o pleno exercício dos direitos dos povos amazônicos e dos direitos da Natureza.
9. Recuperar, valorizar e proteger o conhecimento de homens e mulheres e as formas ancestrais de organização de nossos povos para o cuidado e gestão da água, a proteção de seus territórios, que incluem nossos rios, limpos e livres de megaprojetos.
10. Nossas alternativas para uma terra sem males são a produção agrícola e florestal diversificada em harmonia com a natureza, agroflorestação, agroecologia, projetos para produção e consumo local, manejo comunitário do commons, florestas e território, uso de sementes nativas, ecoturismo comunitário, projetos de energia alternativa, cuidado e manejo integrado e participativo de bacias hidrográficas e biorregiões, e muitas outras iniciativas voltadas para a vida e não para a mercantilização da natureza.
11. Propomos articular esforços e lutas em defesa dos territórios da Panamazônia e da vida, bem como com outros movimentos sociais em outras regiões do mundo contra o modelo econômico neoliberal patriarcal, colonial e racista que viola todos os nossos direitos individuais e coletivos, contra a corrupção e contra os fundamentalismos políticos, econômicos, socioculturais e religiosos.
12. Exortamos os governos dos países Panamazônicos a porem em prática seus discursos contra a crise climática e os direitos da Mãe Terra, com medidas reais contra o desmatamento, a degradação e o aumento das emissões, e não com a composição das chamadas economias verdes. Exigimos que eles cumpram e fortaleçam seus compromissos assumidos em nível internacional.
13. Promover o exercício da autogestão e autodeterminação dos povos indígenas, negros, quilombolas, camponeses e costeiros, permitindo o exercício da gestão pública baseada em sua própria visão, normas e procedimentos; isto requer, entre outras coisas, a implementação de mecanismos adequados às novas formas de planejamento que garantam seus modos de vida, respeitando suas cosmovisões. Sem a autogestão territorial dos povos, não há futuro para a Amazônia, nem para o mundo. Exigimos que os Estados cumpram plenamente as sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Além disso, o veredicto de 2015 de Kalina e Lokono pronunciado pela OEA deve ser aplicado pelo governo do Suriname. Finalmente, exigimos a autodeterminação da Guiana ocupada pela França. Nossa Bacia Amazônica não estará completa até alcançarmos sua descolonização.
14. Rejeitamos as políticas públicas extrativistas dos governos que ameaçam a vida e a natureza. Exigimos o cumprimento do acordo 169 da OIT e a assinatura, ratificação, respeito e implementação do direito de consulta e consentimento livre, prévio e informado, que inclui o direito de veto devido à objeção de consciência cultural no âmbito da autodeterminação dos povos, e exigimos manter os hidrocarbonetos no subsolo e na Amazônia livre de mineração.
15. Exigir dos governos a plena propriedade e garantia legal dos territórios dos povos e comunidades, incluindo o subsolo, para que tenham proteção permanente contra a extração de minerais e hidrocarbonetos, para que não violem nossa mãe terra, para cuidar dos espíritos da floresta e para assegurar o Bom Viver dos seres humanos e de todas as formas de vida.
16. Condenar e rejeitar a implementação de medidas coercitivas, tais como qualquer forma de bloqueio político, econômico, financeiro e diplomático contra qualquer país em nossa Bacia Amazônica, pois são ações políticas criminosas que afetam nossos povos.
17. Assumir a defesa radical dos direitos dos povos do Panamazônia à educação, comunicação e saúde a partir de uma perspectiva popular, intercultural, comunitária, crítica e descolonial.

18. As mulheres da Panamazônia estão comprometidas com a reinvenção e a construção coletiva da democracia que desejamos. Exortamos todos os povos e organizações da Amazônia a incluir em suas agendas ações que corrijam as desigualdades e as relações de poder que persistem e afetam nossas vidas, nossos corpos e nossos territórios. Esta articulação deve ser direcionada para a defesa em espaços internacionais que possam fazer recomendações aos Estados a respeito da urgência de incluir ações concretas que respondam à transformação da violência que afeta as mulheres amazônicas e andinas.
19. Apoiamos fortemente as cartas das Pre-FOSPAs realizadas em cada país e as conclusões das Casas do Conhecimento e dos Sentidos (Casa da Mãe Terra, Casa da Resistência da Mulher, Casa dos Comuns da Natureza, Casa dos Povos e Direitos Indígenas e Casa dos Territórios e Autogovernança).
20. Reafirmamos a importância das iniciativas de ação como instrumentos de mobilização para alcançar os objetivos do processo FOSPA. Só é possível gerar processos de transformação se nossas organizações na Panamazônia se unirem e se articularem nestas ações.
21. Apoiamos o Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza, que chegou em Belém em uma caravana após viajar pelos territórios Xingu e Carajás. Apoiamos sua afirmação: que a Amazônia é uma entidade viva e ameaçada, sujeita a direitos, à qual as empresas, em cumplicidade com os estados, declararam guerra, e as comunidades indígenas, assentamentos, acampamentos, locais, tradicionais, camponeses, quilombolas, ribeirinhos, rurais e indígenas urbanos, são os que estão na linha de frente deste enfrentamento, e seus direitos devem ser garantidos. Ao mesmo tempo, devem ser destacadas as múltiplas iniciativas de restauração integral, moratória extrativista e transição ecológica promovidas pelas comunidades.
22. Somos Natureza e há mais de 37 países que reconhecem os direitos da Natureza em vários níveis, incluindo os direitos da Amazônia. No Brasil, 4 municípios aprovaram este reconhecimento e mais 4 estados estão debatendo, incluindo Belém, sede do Décimo Fórum Social Panamazônico (FOSPA). Neste sentido, celebramos a criação e o lançamento da Frente Parlamentar Global pelos Direitos da Natureza, composta por autoridades indígenas e não indígenas de todo o mundo, que busca ampliar esta mudança de paradigma mais rápida e diretamente com políticas públicas que reconhecem a natureza como um sujeito de direitos.

E PROPOMOS AS SEGUINTEs ACÇÕES:

23. Declarar o estado de emergência climática na região Panamazônica e seu permanente cumprimento, a fim de permitir sua restauração ativa e a proteção de sua biodiversidade, em coordenação com os povos amazônicos e avançar em direção a um novo paradigma de relacionamento com a natureza.

progresso rumo a uma mudança de paradigma será nosso melhor legado. Isto exigirá a transferência de recursos significativos para a restauração e cuidado da Bacia e a transformação do comércio internacional de commodities da economia regional, favorecendo a produção e comercialização de bens que são climaticamente compatíveis com o ecossistema amazônico, restringindo a exportação de carne, soja, madeira, minerais, hidrocarbonetos e derivados para os mercados da Europa, Ásia, América do Norte e outros.

24. Apoiar o veredicto do III Tribunal de Ética em defesa dos órgãos e territórios das mulheres amazônicas e andinas, que continuará a se reunir e investigar os casos ali apresentados. Continuaremos a fortalecer este cenário de visibilidade e defesa internacional que nos permitiu focalizar os múltiplos impactos do sistema de discriminação nas vidas, corpos e territórios das mulheres, sendo a violência, em suas diversas manifestações, a que emerge como resultado do atual poder capitalista patriarcal e colonial e racista.

25. Promover a educação, a pesquisa e a comunicação como pilares dos processos de transformação nos territórios da região Panamazônica, promovendo seus próprios cenários que qualificam as lutas e ações de incidência com os Estados, através da elaboração de mapeamentos e sistematizações de experiências transformadoras, populares, interculturais e comunitárias com ênfase Panamazônica, incentivando a interaprendizagem, a promoção de estudos e a pesquisa-ação participativa e transformadora.

26. Assegurar o objetivo comum de desmatamento real zero e a promoção do tratado de não-proliferação de combustíveis fósseis, deixando o petróleo no chão e caminhando para uma transição energética popular.

27. Fortalecer a iniciativa de ação em defesa dos corpos e territórios das mulheres amazônicas e andinas, como espinha dorsal de nossos esforços coletivos para responder à ofensiva do patriarcado, do fundamentalismo político e religioso, do capitalismo e do racismo, que afeta mais mulheres indígenas, negras e camponesas que vivem na Bacia Amazônica.

A partir daí, continuaremos a tornar essas realidades visíveis e a defender, através de campanhas e mobilizações em defesa da vida das mulheres amazônicas e andinas e da rejeição de todas as formas de discriminação e violência contra seus corpos e territórios.

28. Apoiar a realização de uma reunião amazônica sobre autonomia e autogoverno; apoiar a criação de guardas indígenas, quilombolas e camponeses e outras comunidades tradicionais para a autoproteção dos territórios, viabilizando sua efetiva sustentabilidade.

29. Promover a articulação para alcançar campanhas permanentes, locais e globais:

- Para ajudar a conter a exportação de produtos que promovem a poluição e o desmatamento da Amazônia.
- Atacar a fome, promovendo a segurança alimentar na Panamazônia.
- Velar pela vida e proteção dos defensores da natureza, denunciando e confrontando, em todos os países da Panamazônia, sua perseguição, criminalização, acusação, ameaças, desaparecimentos e assassinatos pelos novos traficantes e predadores das florestas, máfias e assassinos contratados que afetam a vida dos povos e outras formas de vida. A solidariedade

entre nossos povos deve ser efetiva e afetiva com eles; nossa defesa deve ser sustentada para que os Estados garantam suas vidas a partir da ratificação e cumprimento do Acordo de Escazú, condenando os perpetradores e honrando os mártires.

- Para assegurar a autodeterminação da Guiana franco-colonizada.
30. Promover o comércio de bens que são produzidos em sistemas compatíveis e em harmonia com a Amazônia. Nossas alternativas incluem a agroflorestação ecológica, a agricultura familiar camponesa e o manejo comunitário da floresta, para substituir a economia de destruição da Amazônia por uma economia florestal.
 31. Pressionar para que as Assembléias da Terra abordem a captura corporativa e o fracasso das conferências da ONU sobre clima, biodiversidade e sistemas alimentares para fornecer respostas eficazes à crise climática e ecológica.
 32. Criar novas formas de integração regional, com base na consolidação de um bloco de países amazônicos que permita avançar na direção do pós-extractivismo na Amazônia.
 33. Exigir o compromisso dos Estados na construção de mecanismos regionais que garantam o respeito pelo livre trânsito dos habitantes da Bacia Amazônica em todos os países que a compõem.
 34. Apoiamos a resolução dos juízes do Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza que propôs a criação de um Tribunal dos Direitos da Natureza no Canadá, de onde vem a capital do projeto Belo Sun que será desenvolvido na bacia do rio Xingu, a fim de tornar visível e denunciar na fonte como seus recursos estão sendo utilizados para a destruição da Amazônia.
 35. Apelamos para a diversidade das organizações que trabalham pela defesa e cuidado integral da Amazônia para continuar a fortalecer suas capacidades transformadoras nos processos de articulação em torno das Iniciativas de Ação da FOSPA.

A FOSPA continuará a tecer alianças com diferentes movimentos sociais ao redor do mundo a fim de expandir ações para superar a crise humanitária, ambiental e climática, e para influenciar órgãos governamentais internacionais a adotarem políticas que sejam consistentes com este propósito global.

Em 31 de julho de 2022, em Belém do Pará, Brasil,
capital da resistência, trincheira dos povos.
"tecendo esperança na zona do Panamazônia"